



Brasil Império: a crise do Segundo Reinado

1 Justificativa da seleção de conteúdos.

© Joaquim Insley Pacheco

o que você vai conhecer

- Política externa
- Guerra do Paraguai (1864-1870)
- Movimento abolicionista
- Questão indígena durante o Império brasileiro
- Questão religiosa
- Questão militar

No capítulo anterior, estudamos o início do Segundo Reinado e as principais mudanças econômicas e sociais que ocorreram nas primeiras três décadas do governo de D. Pedro II. O café se estabeleceu como o principal produto de exportação e ocorreu um processo de urbanização que transformou diversas cidades brasileiras.

Observe a fotografia onde estão retratados o imperador D. Pedro II e a princesa Isabel. Essa é uma das fotos oficiais na qual pai e filha aparecem juntos. Pesquise as realizações da Princesa e anote as informações encontradas no caderno. Vamos usá-las ao longo do estudo deste capítulo.



PACHECO, Joaquim Insley. *Princesa Isabel e D. Pedro II.* [ca. 1870].
1 fotografia, p&b, 13,8 cm × 10 cm. Petrópolis.

2 Sugestão de abordagem do conteúdo.

8º ano - Volume 3

Política externa

O Império brasileiro tinha um território imenso e, com o objetivo de proteger suas fronteiras, as autoridades brasileiras adotaram uma política de intervenção militar nos países da Bacia do Rio da Prata.



interpretando documentos

A respeito da importância da região do Prata, leia com atenção o fragmento a seguir.

Uruguai e Argentina, bem com o Paraguai, desde fins do século XVIII, passaram a integrar o Vice-Reino do Prata. Com a independência, o vice-reino se esfacelou, o que satisfazia aos interesses do Império Brasileiro, bem como do capitalismo inglês.

Por quê? Porque seria facilitada a livre navegação fluvial pela Bacia Platina, destacando-se os rios Paraná, Uruguai e Paraguai. Através das águas desses rios e seus afluentes, embarcações navegavam carregando mercadorias produzidas nas fábricas europeias e transportando produtos destinados aos mercados europeus. Esse comércio fluvial contava com a participação de navios brasileiros.

Para o governo do Brasil impunha-se garantir a livre passagem de seus navios para atingir a então província de Mato Grosso e o oeste das províncias do Paraná e Santa Catarina.

Torna-se evidente que projetos de unificação política do Uruguai, Argentina e Paraguai não eram admitidos pelo Império do Brasil, temeroso de se criarem obstáculos ao livre trânsito de navios pelos rios platinos.

AQUINO, Rubim S. L. et al. *Sociedade brasileira: uma história*. Rio de Janeiro: Record, 2001. p. 564.

De acordo com o texto, responda às questões.

1 Por que a região do Prata era tão importante para o Império brasileiro?

Era por meio dos rios que formavam a Bacia do Prata que se tinha acesso às províncias do Mato Grosso, do Paraná e de Santa Catarina, além de ser uma região de grande afluência de navios comerciais.

2 Quais eram os interesses dos ingleses pela região?

A Inglaterra, que havia promovido a Revolução Industrial, realizava intenso comércio dos mais variados tipos de mercadorias na região.

3 Por que não era interessante para o Brasil ou para a Inglaterra que Paraguai, Uruguai e Argentina promovessem uma unificação?

A formação de um país unificado e fortalecido estabeleceria domínio sobre os rios da região e, conseqüentemente, ofereceria empecilhos para o livre comércio.

Em 1828, os interesses de Inglaterra e Brasil foram ameaçados com a chegada ao poder de Juan Manuel Rosas na Argentina. Latifundiário, Rosas era uma liderança política regional e contava com o apoio de uma grande parcela da população. Durante seu governo, as fronteiras argentinas foram ampliadas e Buenos Aires se tornou o centro econômico daquele território. ⁴ Sugestão de abordagem do conteúdo

Rosas proibiu a circulação de navios estrangeiros pelos rios Uruguai, Paraguai e Paraná, prejudicando o comércio na região, além de isolar o Paraguai, que não contava com saída para o Oceano Atlântico.

No mesmo período, no Uruguai, teve início uma luta pelo poder entre os comerciantes e os proprietários de terras e rebanhos. Os comerciantes formaram o Partido dos Colorados, e os proprietários rurais, o Partido dos Blancos. O governo brasileiro apoiou os Colorados, enquanto o argentino Juan Manuel Rosas ofereceu auxílio aos Blancos.

Com o apoio de Rosas aos Blancos, o governo imperial brasileiro temia o controle argentino da foz do Rio da Prata, que dá acesso à Bacia Platina. Esse fator levou o Brasil a apoiar os opositores de Juan Manuel Rosas na Argentina.

O Brasil, o Uruguai e os argentinos contrários a Rosas organizaram uma aliança com o objetivo de expulsá-lo do poder. Diversas batalhas foram travadas. Em 1852, os aliados derrotaram os exércitos de Rosas, que se exilou na Inglaterra. Em 1856, o governo do Brasil e o da Argentina assinaram o Tratado de Amizade, Comércio e Navegação.



organizando a história

A respeito da política argentina nas primeiras décadas do século XIX, responda às questões.

1 Quais eram os interesses de Juan Manuel Rosas ao proibir a circulação de navios na região do Prata?

Juan Manuel Rosas desejava controlar a região e garantir vantagens comerciais para a Argentina.

2 Por que o governo de Juan Manuel Rosas era uma ameaça aos interesses brasileiros e ingleses na região?

As medidas econômicas tomadas pelo governante argentino colocaram empecilhos nas pretensões do Império brasileiro e da

Inglaterra em manter a navegação e o comércio pela Bacia do Prata.

3 Cite quais ações de Juan Manuel Rosas ameaçaram os interesses de Brasil e Inglaterra.

Os alunos podem citar: ampliação das fronteiras argentinas; proibição da circulação de navios estrangeiros pelos rios

Uruguai, Paraguai e Paraná; tentativa de controlar a foz do Rio da Prata.

Guerra do Paraguai (1864-1870)



O governo brasileiro travou disputas e confrontos com os países vizinhos pelo acesso ou controle da Bacia do Rio da Prata. Essas disputas levaram à Guerra do Paraguai.

O conflito teve início em 1864, em razão da continuidade das disputas entre paraguaios e brasileiros pela região do Rio da Prata, localizado em grande parte no território do Uruguai.

Para o Brasil, a navegação pelos rios da região era a forma mais rápida de deslocar-se do Rio de Janeiro até a Província do Mato Grosso; no caso do Paraguai, era a única forma de escoar sua produção até o mar, já que o país não tinha uma saída direta.

Em 1864, sob a alegação de que fazendeiros uruguaios estavam ocupando o território brasileiro, o governo imperial ordenou a invasão do Uruguai por tropas brasileiras.

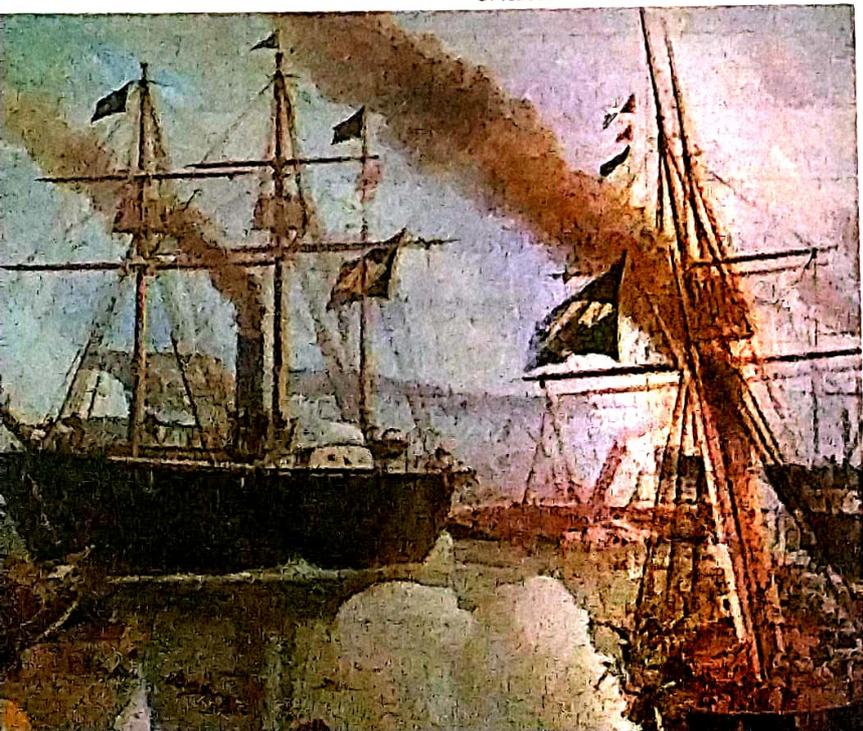
O Partido Blanco, que governava o Uruguai, pediu apoio ao presidente do Paraguai, Solano López. Ele mandou aprisionar o navio brasileiro Marquês de Olinda, que subia o Rio Paraguai em direção à Província do Mato Grosso, levando o novo presidente Frederico Carneiro Campos.

Após a apreensão do navio, o Presidente paraguaio ordenou ainda a invasão das províncias do Mato Grosso e do Rio Grande do Sul, declarando guerra ao Império brasileiro. Solano López também solicitou ao país vizinho – a Argentina – que permitisse a passagem das tropas paraguaias em direção ao Rio Grande do Sul. Ao ter seu pedido negado, López declarou guerra também contra a Argentina.

Intimidados com a organização e o tamanho do exército paraguaio, que contava com cerca de 64 mil soldados, Brasil, Argentina e Uruguai se uniram em uma aliança militar denominada Tríplice Aliança, conseguindo reunir 60 mil soldados.

Em dezembro, iniciaram-se os conflitos armados marcados inicialmente pela ofensiva paraguaia. Em 1865, no entanto, o Paraguai foi derrotado na Batalha do Riachuelo, que teve como consequência a perda do controle sobre o Rio Paraná, principal via de abastecimento do país. Com isso, o Paraguai enfraqueceu-se rapidamente, o que o levou a se colocar em posição defensiva.

©Museu Histórico Nacional do Rio de Janeiro



Em janeiro de 1869, o comando do exército brasileiro foi dado ao Conde d'Eu, genro de D. Pedro II, que tinha a missão de encerrar o conflito, capturando o presidente paraguaio Solano López e destruindo os últimos focos da resistência paraguaia, o que ocorreu em março de 1869.

MARTINO, Eduardo de. *Combate naval do Riachuelo*. 1 óleo sobre tela, 172,5 cm x 257 cm. Museu Histórico Nacional, Rio de Janeiro.

➤ Representação da Batalha do Riachuelo, que reverteu a Guerra do Paraguai a favor das tropas aliadas e fortaleceu a influência política das forças armadas brasileiras

Terminada a guerra, foi necessário fazer um balanço de todos os ganhos e perdas. Argentina, Uruguai e Brasil enfrentaram grandes dificuldades econômicas, pois tiveram que solicitar empréstimos à Inglaterra durante o conflito e novamente para se recuperar após os combates.

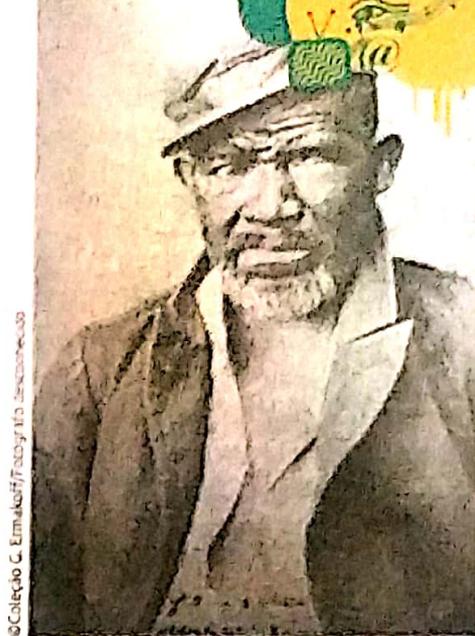
O governo imperial concedeu alforria aos escravizados que ingressaram nas tropas brasileiras. De acordo com o jornal *Times*, de 23 de junho de 1869, 7.979 escravizados libertos lutaram na Guerra do Paraguai defendendo os interesses do Brasil. Porém, os negros que voltaram vivos dos campos de batalha, mesmo alforriados, foram obrigados a conviver em uma sociedade brasileira na qual a escravidão ainda era vigente.

O exército brasileiro ganhou destaque com o conflito e maior expressividade no cenário político nacional. Com essa nova condição, muitos de seus integrantes passaram a defender causas como a da república. Esse foi um dos fatores que contribuíram para a crise do Império brasileiro.

O Paraguai, no entanto, foi o país que mais sofreu com o conflito – estima-se que sua população tenha sido reduzida de 406 mil habitantes para 231 mil. A maior parte desses mortos era de homens jovens, que participaram dos combates. A população restante no país, formada predominantemente por crianças, idosos e mulheres, teve dificuldades para reconstruir a economia, que nunca mais voltou a ter desenvolvimento econômico e social expressivo. 5 Aprofundamento de conteúdo para o professor.

São diversas as explicações para as causas que levaram ao conflito entre Argentina, Uruguai e Brasil contra o Paraguai. Uma delas defende a ideia de que o principal motivo para que os países entrassem no conflito foi o controle da região do Rio da Prata. Outra explicação estabelece a Inglaterra como a grande incentivadora do embate, pois os ingleses desejavam dominar o comércio da região – o desenvolvimento econômico e político pelo qual o Paraguai vinha passando desde sua independência atrapalhava os planos da Inglaterra. Considerando essa informação, leia o fragmento de texto a seguir.

A partir de sua independência, o Paraguai desenvolveu uma política de busca da modernidade e de desenvolvimento interno, voltada para a autossuficiência e conduzida sucessivamente por três ditadores: D. José Gaspar Rodríguez de Francia, El Supremo (1811-1840), Carlos Antônio Lopes (1840-1862) e Francisco Solano López (1862-1870). A política econômica desenvolvida por Francia levou à extinção da escravidão e ao confisco dos grandes latifúndios. Estimulando a produção de alimentos em pequenas e médias propriedades, visava à autossuficiência do país, a fim de livrá-lo da dependência externa. Desenvolveu também um eficiente sistema de ensino, erradicando o analfabetismo. Com a morte de El Supremo, foi eleito por uma assembleia de deputados o seu sucessor Carlos Antônio Lopes, que passou a ter como prioridade o desenvolvimento industrial do país, efetivado com a contratação de técnicos estrangeiros e o envio de estudantes paraguaios à Europa e aos Estados Unidos.



SOLDADO negro que lutou na Guerra do Paraguai. [S.d.]. 1 fotografia, p&b. Coleção G. Ermakoff.

Com a construção de estradas de ferro e locomotivas, estaleiros onde se construíam seus próprios navios, linhas telegráficas para ampliar as comunicações, fábricas e fundição de ferro, Lopez levou o Paraguai a um grande progresso industrial, desenvolvendo também a agricultura do fumo, algodão, erva-mate, arroz, cana-de-açúcar e mandioca. Lopez foi sucedido por seu filho, Francisco Solano Lopez, que após ser empossado pelo Congresso, em sessão tumultuada e duvidosa, continuou a obra de seus predecessores, visando para o progresso, a modernização e a independência econômica. [...] Mas como grande parte da produção era exportada para a França, isso acabou por privar a Inglaterra do algodão e mercado consumidor paraguiano. O Paraguai se transformou, assim, em potência continental.

BUZZI, Angelo V., REIS, Liana M. *O Paraguai histórico Brasil: colônia e império*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008, p. 207-208.

Movimento abolicionista

As ideias abolicionistas estiveram presentes no Brasil ao longo de todo o século XIX. Porém, após a Guerra do Paraguai (1864-1870), muitos oficiais do exército brasileiro passaram a defender as causas republicana e abolicionista. Em parte, isso decorreu do fato de que, durante o conflito, eles tiveram contato com argentinos e uruguaios, que eram republicanos e não contavam mais com mão de obra escrava. Sobre o assunto, leia o trecho a seguir.

Os anos 1860 marcaram o recrudescimento da campanha pela abolição da escravidão. Com o fim do tráfico em 1850, a questão servil entrou na agenda do país para não mais sair. Até porque, com o término da Guerra de Secessão nos EUA, em 1865, a votação vitoriosa da 13ª emenda à Constituição norte-americana acabou com a escravidão naquela nação, e o fantasma do fim do sistema passou a assombrar, ainda mais, o imaginário das elites locais e governamentais. Apenas Cuba mantinha, a essas alturas, a escravidão, e a pressão internacional ficava cada dia mais forte.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. E-book.

A defesa da abolição da escravidão encontrou apoio em vários outros grupos da sociedade. Formaram-se, em todo o país, inúmeros clubes abolicionistas, que promoviam manifestações contrárias à escravidão, buscando arrecadar dinheiro para as alforrias, indenizações pagas aos proprietários em troca da liberdade dos escravizados.

Os defensores da abolição estavam divididos em dois grupos. De um lado, estavam os moderados, que queriam o fim da escravidão por meio das leis. De outro, estavam os mais radicais, que pregavam a mobilização dos próprios escravizados na luta pela libertação.

Em São Paulo, foi formado o grupo dos caifases, que incentivava os escravizados a se rebelarem e a fugir. Por meio das rebeliões, os caifases procuravam mostrar às autoridades que o fim da escravidão era inevitável. Muitos dos fugitivos iam para o Quilombo Jabaquara, fundado em 1887 nas proximidades de Santos, litoral de São Paulo.

Enquanto grupos debatiam a abolição e como ela deveria ocorrer, os grandes proprietários de terras divergiam quanto ao fim da escravidão. Alguns desejavam mantê-la a qualquer custo. Outros, sabendo que a abolição ocorreria, estabeleceram um processo que visava à

libertação da mão de obra escrava de forma lenta e gradual, de modo que o impacto fosse minimizado em seus negócios e na economia brasileira.

É importante salientar que a chegada dos imigrantes fez com que muitos proprietários de terras e comerciantes captassem pela mão de obra livre, que poderia ser obtida em troca de um salário, sem todo o custo que envolvia a manutenção da mão de obra escrava.

Leis abolicionistas

Foram necessárias diversas leis para que a abolição da escravidura ocorresse no Brasil. Esse processo longo e penoso, mesmo após ter sido finalizado, não garantia melhoria nas condições de vida dos escravizados libertos.

Desde 1810, o governo brasileiro havia se comprometido com os ingleses em acabar com o tráfico negreiro. Esse compromisso foi renovado em 1827 e 1831. Porém, o comércio de escravizados continuou acontecendo nos anos seguintes, pois a economia brasileira era sustentada pela mão de obra escrava.

Como dito anteriormente, diante da pressão inglesa, foi promulgada, em 1850, a **Lei Eusébio de Queirós**, proibindo a entrada de escravizados no país. A proibição diminuiu a entrada de escravizados vindos da África. Porém, o comércio interno dos cativos foi ampliado para garantir o trabalho no Sudeste do Império, onde estavam as fazendas de café.

Diante do aumento da pressão dos grupos abolicionistas, em 1871, foi criada a **Lei do Ventre Livre**, que assegurava a liberdade aos filhos de escravizadas nascidos a partir desse período. A impossibilidade de as crianças escravizadas se manterem longe de suas mães, no entanto, mostrou-se um entrave para a efetivação da lei, já que elas continuavam em uma condição de escravidão.

interpretando documentos Sugestão de abordagem do conteúdo.

Leia alguns artigos da Lei Rio Branco, mais conhecida como Lei do Ventre Livre.

Art. 1º - Os filhos de mulher escrava que nasceram no Império desde a data desta Lei serão considerados de condição livre e havidos por ingênuos.

§ 1º - Os ditos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores das mães, os quais terão a obrigação de criá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá a opção de receber do Estado indenização de 600\$000 ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. [...]

Art. 2º - O governo poderá entregar a associações por ele autorizadas os filhos de escravos nascidos desde a data desta Lei, que sejam cedidos ou abandonados pelos senhores [...].

§ 1º - As ditas associações terão direito aos serviços gratuitos dos menores até os 21 anos completos e poderão alugar esses serviços [...].

Lei do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871. Disponível em: <http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/documentos-11st/CC3%EB3ricos-Brasileiros/lei-do-ventre-livre.html>. Acesso em: 26 nov. 2019.

Com a construção de estradas de ferro e locomotivas, estaleiros onde se construíam seus próprios navios, linhas telegráficas para ampliar as comunicações, fábricas e fundição de ferro, Lopez levou o Paraguai a um grande progresso industrial, desenvolvendo também a agricultura do fumo, algodão, erva-mate, arroz, cana-de-açúcar e mandioca. Lopez foi sucedido por seu filho, Francisco Solano Lopez, que, após ser empossado pelo Congresso, em seção tumultuada e duvidosa, continuou a obra de seus predecessores, voltada para o progresso, a modernização e a independência econômica. [...] Mas como grande parte da produção era exportada para a França, isso acabou por privar a Inglaterra do algodão e mercado consumidor paraguaio. O Paraguai se transformou, assim, em potência continental.

BOTELHO, Angela V.; REIS, Liana M. *Dicionário histórico Brasil: colônia e império*. Belo Horizonte: Autêntica, 2008. p. 267-268.

Movimento abolicionista

As ideias abolicionistas estiveram presentes no Brasil ao longo de todo o século XIX. Porém, após a Guerra do Paraguai (1864-1870), muitos oficiais do exército brasileiro passaram a defender as causas republicana e abolicionista. Em parte, isso decorreu do fato de que, durante o conflito, eles tiveram contato com argentinos e uruguaios, que eram republicanos e não contavam mais com mão de obra escrava. Sobre o assunto, leia o trecho a seguir.

Os anos 1860 marcaram o recrudescimento da campanha pela abolição da escravidão. Com o fim do tráfico em 1850, a questão servil entrou na agenda do país para não mais sair. Até porque, com o término da Guerra de Secessão nos EUA, em 1865, a votação vitoriosa da 13ª emenda à Constituição norte-americana acabou com a escravidão naquela nação, e o fantasma do fim do sistema passou a assombrar, ainda mais, o imaginário das elites locais e governamentais. Apenas Cuba mantinha, a essas alturas, a escravidão, e a pressão internacional ficava cada dia mais forte.

SCHWARCZ, Lilia M.; STARLING, Heloisa M. *Brasil: uma biografia*. São Paulo: Companhia das Letras, 2015. E-book.

A defesa da abolição da escravidão encontrou apoio em vários outros grupos da sociedade. Formaram-se, em todo o país, inúmeros clubes abolicionistas, que promoviam manifestações contrárias à escravidão, buscando arrecadar dinheiro para as alforrias, indenizações pagas aos proprietários em troca da liberdade dos escravizados.

Os defensores da abolição estavam divididos em dois grupos. De um lado, estavam os moderados, que queriam o fim da escravidão por meio das leis. De outro, estavam os mais radicais, que pregavam a mobilização dos próprios escravizados na luta pela libertação.

Em São Paulo, foi formado o grupo dos caifases, que incentivava os escravizados a se rebelarem e a fugir. Por meio das rebeliões, os caifases procuravam mostrar às autoridades que o fim da escravidão era inevitável. Muitos dos fugitivos iam para o Quilombo Jabaquara, fundado em 1887 nas proximidades de Santos, litoral de São Paulo.

Enquanto grupos debatiam a abolição e como ela deveria ocorrer, os grandes proprietários de terras divergiam quanto ao fim da escravidão. Alguns desejavam mantê-la a qualquer custo. Outros, sabendo que a abolição ocorreria, estabeleceram um processo que visava à

libertação da mão de obra escrava de forma lenta e gradativa, de modo que o impacto fosse minimizado em seus negócios e na economia brasileira.

É importante salientar que a chegada dos imigrantes fez com que muitos proprietários de terras e comerciantes optassem pela mão de obra livre, que poderia ser obtida em troca de um salário, sem todo o custo que envolvia a manutenção da mão de obra escrava.

Leis abolicionistas

Foram necessárias diversas leis para que a abolição da escravidão ocorresse no Brasil. Esse processo longo e penoso, mesmo após ter sido finalizado, não garantiu melhoria nas condições de vida dos escravizados libertos.

Desde 1810, o governo brasileiro havia se comprometido com os ingleses em acabar com o tráfico negreiro. Esse compromisso foi renovado em 1827 e 1831. Porém, o comércio de escravizados continuou acontecendo nos anos seguintes, pois a economia brasileira era sustentada pela mão de obra escrava.

Como dito anteriormente, diante da pressão inglesa, foi promulgada, em 1850, a **Lei Eusébio de Queirós**, proibindo a entrada de escravizados no país. A proibição diminuiu a entrada de escravizados vindos da África. Porém, o comércio interno dos cativos foi ampliado para garantir o trabalho no Sudeste do Império, onde estavam as fazendas de café.

Diante do aumento da pressão dos grupos abolicionistas, em 1871, foi criada a **Lei do Ventre Livre**, que assegurava a liberdade aos filhos de escravizadas nascidos a partir desse período. A impossibilidade de as crianças escravizadas se manterem longe de suas mães, no entanto, mostrou-se um entrave para a efetivação da lei, já que elas continuavam em uma condição de escravidão.



interpretando documentos

6 Sugestão de abordagem do conteúdo.

Leia alguns artigos da Lei Rio Branco, mais conhecida como Lei do Ventre Livre.

Art. 1º - Os filhos de mulher escrava que nasceram no Império desde a data desta Lei serão considerados de condição livre e havidos por ingênuos.

§1º - Os ditos menores ficarão em poder e sob a autoridade dos senhores das mães, os quais terão a obrigação de criá-los até a idade de oito anos completos. Chegando o filho da escrava a esta idade, o senhor da mãe terá a opção de receber do Estado indenização de 600\$000 ou de utilizar-se dos serviços do menor até a idade de 21 anos completos. [...]

Art. 2º - O governo poderá entregar a associações por ele autorizadas os filhos de escravos nascidos desde a data desta Lei, que sejam cedidos ou abandonados pelos senhores [...].

§1º - As ditas associações terão direito aos serviços gratuitos dos menores até os 21 anos completos e poderão alugar esses serviços [...].

LEI do Ventre Livre, de 28 de setembro de 1871. Disponível em: <<http://www.direitoshumanos.usp.br/index.php/Documentos-Hist%C3%B3ricos-Brasileiros/lei-do-ventre-llvre.html>>. Acesso em: 26 nov. 2019.